PLANEJAMENTO URBANO E POLÍTICAS PÚBLICAS SAUDÁVEIS: *UM RELATO DE EXPERIÊNCIA*

Urban Planning and Healthy Public Policies: a *Report of Experience*

http://dx.doi.org/10.21116/2016.1

ROSA, Adriana Aparecida Carneiro
Universidade Estadual de Campinas

GUARNIERI, Jussara Conceição
Universidade Estadual de Campinas

TORICELLI, Renan Cavalcanti
Universidade Estadual de Campinas

SPERANDIO, Ana Maria Girotti[1]
Universidade Estadual de Campinas

FÁVERO, Edison
Universidade Estadual de Campinas

FRANCISCO FILHO, Lauro Luiz
Universidade Estadual de Campinas

Resumo: A cidade que busca regenerar o tecido urbano através de reintrodução do verde, sendo praças, hortas comunitárias, entre outros, vai de encontro com a transformação do micro para o macro. Enquanto o desenvolvimento de políticas públicas adequadas se reflete na suposta aceitação da população, a participação popular torna-se fundamental para a implantação de projetos que buscam estratégias para a construção de cidades saudáveis. O artigo tem como objetivo descrever e abordar a importância do envolvimento do gestor administrativo no desenvolvimento do projeto de uma cidade saudável por meio de estudo de caso em Conchal - SP. Foram elaboradas seis questões a fim de orientar a condução da conversa com o prefeito municipal a respeito das diretrizes de planejamento urbano da cidade, das ações focadas na promoção a saúde, além da implantação e manutenção da horta comunitária localizada no bairro do Planalto. Em parte das cidades brasileiras, especialmente nos municípios de pequeno porte, o planejamento urbano possui pouca relevância na rotina da administração municipal. Questões como restrição de verbas, interesses políticos ou mesmo falta de conhecimento por parte da gestão pública dos mecanismos de controle e de desenvolvimento urbano acabam por barrar a elaboração de planos para um crescimento planejado com enfoque da cidade saudável.

Palavras-chaves: Políticas Públicas; Planejamento Urbano; Cidade Saudável.

[1] Responsável pela pesquisa descrita nesse artigo que faz parte do Projeto "Características e Conexões Multidimensionais do Planejamento Urbano Saudável - 2015".

Abstract: The city that seeks to regenerate the urban fabric through the reintroduction of green, with parks, community gardens, among others, meets with the transformation of the micro to the macro. While the development of appropriate public policy reflects the supposed acceptance of the population, popular participation is fundamental to the implementation of projects that seek strategies for building healthy cities. The article aims to describe and address the importance of the involvement of the administrative manager in the project development of a healthy city through case study in Conchal - SP. Six questions were developed to guide the conduct of the conversation with the mayor about the urban planning guidelines of the town, the actions focused on promoting health, as well as the implementation and maintenance of the community garden located in the neighborhood of Planalto. In Brazilian cities, especially in small towns, urban planning has little relevance in the routine of municipal administration. Issues such as restriction of funds, political interests or lack of knowledge by the public management of control mechanisms and urban development ultimately act as obstacles to the development of plans for a planned growth with the focus on healthy city.

Key words: Public Policies; Urban Planning; Healthy City

INTRODUÇÃO

A cidade que busca regenerar o tecido urbano através da reintrodução do verde como, praças, parques lineares, hortas comunitárias, entre outros, vai ao sentido da transformação do micro para o macro. Ao mesmo tempo em que o desenvolvimento de políticas públicas adequadas na área do desenvolvimento sustentável se reflete na boa aceitação da população, a participação popular torna-se fundamental para a implantação de projetos que busquem estratégias para a construção de cidades saudáveis.

Segundo Sperandio (2010) o campo da Promoção da Saúde permite a articulação e integração de diferentes setores para o desenvolvimento de espaços/territórios saudáveis e habilita as pessoas a pensarem não apenas sob o ponto de vista social, econômico e humano, mas também a se tornarem parte do processo de implantação de políticas públicas saudáveis, criando espaço para o diálogo.

Um exemplo é a Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis (RMPS), criada em 2003, que conta atualmente com mais de sessenta e três municípios integrantes em vários estados brasileiros. A RMPS é baseada nos princípios da promoção da saúde: intersetorialidade, participação social, políticas públicas saudáveis, empoderamento e autonomia, e tem como principal objetivo a construção de políticas públicas saudáveis através do

envolvimento social e instrumentalização das administrações municipais através da viabilização, ampliação e monitoramento de projetos de promoção da saúde.

Segundo BARTEN *et. al.* (2011, p.897), governança é definida como "o processo de tomada de decisão e o processo pelo qual as decisões são implementadas (ou não implementadas)". Segundo o mesmo autor, “governança é entendida como um processo dinâmico e estrutura que está mudando ao longo do tempo e é incorporado dentro de certo contexto”.

Dentro dessa análise de governança, o entendimento se dá após considerar as pessoas envolvidas para a tomada de decisão e implementação de rede, assim como, permear as estruturas estabelecidas para assegurar a execução eficaz das decisões sobre a implantação de políticas públicas saudáveis.

O artigo tem como objetivo descrever e abordar a importância do envolvimento do gestor administrativo, durante a administração nos anos de 2013 a 2016, no desenvolvimento do projeto de uma cidade saudável por meio de estudo de caso. O diálogo com o prefeito da cidade de Conchal, cidade pertencente à Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis (RMPS), orientou a elaboração do trabalho.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi descritiva baseada em um estudo de caso. Segundo Gil (2010), a pesquisa exploratória é aquela que propicia maior familiaridade com o problema, busca explicitá-lo e pode ser realizado por meio de pesquisa ou estudo de caso.

O município selecionado foi Conchal, interior do estado de São Paulo, que possui uma população de 25 mil habitantes e integra a RMPS desde 2010, onde trabalha na ampliação e no monitoramento de estratégias para que o ambiente urbano se torne mais saudável.



Figura 1. Vista aérea do município de Conchal, no interior do estado de São Paulo
Fonte: Prefeitura Municipal de Conchal

Conchal surge como município no ano de 1948, possibilitada a partir da promulgação da Lei Orgânica dos Municípios do Estado de São Paulo, (lei nº 1, de 18 de setembro de 1947). Após reunião popular com membros representativos do comércio, indústria, agricultura e de todas as classes sociais, a Assembleia Legislativa determinou a realização de um plebiscito sobre a criação do município. Tendo em vista a grande participação popular, através da manifestação da vontade soberana do povo e da força da lei, no dia 24 de outubro do mesmo ano Conchal foi elevada a município. No dia 1º de janeiro de 1949 foi provisoriamente instalado o novo município; em 13 de março do mesmo ano foi realizada a primeira eleição municipal para eleger o primeiro prefeito, juntamente com 13 vereadores. No dia 9 de abril o então prefeito eleito, bem como a primeira câmara municipal, tomam posse em sessão solene.

O crescimento da cidade se deu de forma ordenada desde então, com um traçado viário em grelha e praticamente sem vazios urbanos. A atual administração mostra-se sensível às questões relacionadas ao planejamento urbano, especialmente ao Plano Diretor. Em atendimento ao que estabelece o Estatuto da Cidade, o primeiro Plano Diretor Estratégico do Município de Conchal foi instituído no ano de 2005, na primeira gestão do atual prefeito. Atualmente, o plano encontra-se em processo de revisão.

O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. É parte integrante do processo de planejamento municipal,

devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas. Deverá, ainda, englobar o território como um todo (BRASIL, 2001). A história das cidades e dos problemas urbanos está ligada, num primeiro plano, às questões de saúde de seus habitantes (FRANCISCO FILHO, 2010).

Este trabalho está inserido em um estudo amplo realizado na Horta Comunitária do Planalto, onde se buscou investigar o impacto social da implantação de políticas públicas focadas nas questões do planejamento urbano saudável, dentro de um contexto de promoção da saúde e de ocupação dos vazios públicos urbanos observando como o prefeito local se envolve e mantém as politicas públicas desenvolvidas em outra gestão.

O projeto da Horta foi contemplado pela Portaria Federal n° 184, de 24 de junho de 2010, com repasse do governo federal. Com o apoio dos gestores locais, o Município disponibilizou uma área pública de 9 mil metros quadrados para construção de uma horta comunitária vinculada à Unidade de Saúde da Família "Maria Silvia Batista Correia", conhecida popularmente como PSF do Planalto.

Nesse estudo de caso considerou-se essencial entender os mecanismos do envolvimento da gestão pública na aplicação real das ações de saúde, sua relação com as demais políticas municipais, nas áreas de educação, economia, meio ambiente, entre outras, e o modo como se desenvolve o diálogo com a comunidade diretamente envolvida, bem como entender a participação dos setores administrativos da prefeitura no projeto da Cidade Saudável.

Para tanto, foi utilizada uma abordagem qualitativa de caráter descritivo, que, segundo Marconi (2002), descreve um fenômeno ou situação, mediante estudo realizado em determinado espaço-tempo. Foi elaborado um roteiro a fim de orientar a condução de uma conversa com o prefeito municipal[1] a respeito das diretrizes de planejamento urbano de Conchal, das ações focadas na promoção da saúde, além da implantação e manutenção da horta comunitária localizada no bairro do Planalto.

[1] O prefeito do município de Conchal está em seu segundo mandato não consecutivo: 2013-2016.

O encontro durou aproximadamente 20 minutos e foi realizado no gabinete do prefeito, sendo que a entrevista foi conduzida por dois dos autores. Para a realização da entrevista, foi utilizado um dispositivo para registro da conversa, com o consentimento do entrevistado. A fim de alcançar uma maior eficácia, os dois autores ficaram sozinhos com o prefeito para que a entrevista pudesse ocorrer de forma tranquila. As questões tratadas na entrevista encontram-se no roteiro (ver Anexo 1).

As questões elaboradas trataram de assuntos relacionados (1) ao planejamento urbano e ao processo de revisão do Plano Diretor da cidade de Conchal; (2) à utilização de vazios públicos urbanos e áreas lindeiras a córregos; (3) à implantação da horta comunitária do Planalto e a participação da administração pública a da população; (4) e ao envolvimento de outras áreas da gestão municipal nos projetos de políticas saudáveis.

Através do diálogo com o gestor de Conchal, este mostrou-se bastante inteirado nos programas de melhoria da urbe, percebido por comentários antes do início da entrevista, o que demonstra uma relação próxima entre o mesmo e a cidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em grande parte das cidades brasileiras, especialmente nos municípios de pequeno porte, o planejamento urbano possui pouca relevância na rotina da administração municipal. Questões como restrição de verbas, interesses políticos ou mesmo falta de conhecimento por parte dos gestores públicos sobre mecanismos de controle e de desenvolvimento urbano acabam por barrar a elaboração de planos com maior grau de complexidade com vistas a um crescimento organizado da cidade. Nesse cenário, Conchal aparece como exceção à regra. Para o prefeito municipal da gestão 2013-2016, que possui formação em Direito, História e Geografia, a questão do planejamento e da elaboração de Plano Diretor "*é de extrema necessidade*", pois, nas palavras dele, "*você discute com a população e você dá o crescimento correto à cidade*".

O prefeito, em seu segundo mandato na prefeitura de Conchal, atualmente conduz a revisão do Plano Diretor Municipal, elaborado no ano de 2005 pela sua administração durante seu primeiro mandato. Em sua visão, a questão do planejamento urbano em Conchal está diretamente ligada ao

modelo de reforma agrária ocorrida à época da fundação da cidade, surgida a partir de núcleos coloniais de imigrantes, quando houve uma divisão igualitária das terras entre as famílias que lá viviam.

Segundo ele, observando-se o traçado retilíneo das ruas e padronização das dimensões das quadras da cidade, pode-se afirmar que já se pensava em planejamento urbano antes mesmo da sua elevação a município, no ano de 1948. Ao falar da largura ampla das ruas e das calçadas, o mesmo reforça o caráter de cidade bem planejada, que segundo ele, coloca Conchal em posição de destaque frente a outros municípios da região, mesmo os de maior porte, como Mogi-Mirim.

Para o gestor, no entanto, o processo de construção e implantação de Planos Diretores no Brasil sofre com um problema de falta de participação popular, e Conchal não é diferente, acarretando em dificuldades para a administração. Apesar da frustração, esclarece que há muita divulgação e que as audiências públicas são bastante democráticas.

A discussão sobre a revisão do Plano Diretor no município conduz à questão da utilização dos vazios urbanos. Conchal é uma cidade bastante compacta, sendo que as poucas áreas vazias encontram-se principalmente às margens de rios e córregos e próximas a corpos d'água. O aproveitamento dessas áreas dentro da zona urbana é uma questão importante, pois envolve a legislação relativa ao uso do solo urbano e a mobilidade urbana, já que em muitas situações os vazios acabam funcionando como barreiras entre bairros. Na cidade apelidada de "Morada dos Rios", devido à sua hidrografia, esse tema possui importância ainda maior. Segundo o gestor, na aprovação de novos loteamentos, as áreas verdes situadas às margens dos córregos são destinadas ao replantio, visando justamente à compensação ambiental da área urbanizada. Como ele mesmo disse: "*o Plano Diretor é de extrema necessidade*".

Outra medida tomada pela administração para evitar o aparecimento de vazios urbanos é o impedimento da aprovação de novos loteamentos que não sejam contíguos ao tecido urbano existente. Essa é uma questão essencial para se garantir o crescimento urbano de forma racional e ordenada, pois permite a otimização da infraestrutura urbana (fornecimento de água e energia elétrica, coleta de esgoto), do transporte público e dos serviços essenciais.

Para o prefeito, o sucesso das políticas públicas saudáveis depende do investimento em educação infantil. "*Eu acho que nós temos que investir nas crianças, (…) formar consciência*", opina ele, que vê na nova geração uma relação diferente com a natureza, preocupada com questões de reciclagem, preservação do meio ambiente, reuso da água, etc. Em busca de uma integração entre as políticas saudáveis, ele relata a intenção de construir na área do Parque Ecológico da cidade, próxima à horta comunitária do bairro Planalto, uma sala voltada para o ensino de Educação Ambiental, com a utilização de técnicas ecológicas, como material reaproveitado, energia renovável e água de reuso.

O gestor vê no momento atual, em que hábitos de vida mais saudáveis relacionados à alimentação e atividades físicas "*estão na moda*", a chance de um incentivo à implantação de projetos nessa linha em maior escala, por exemplo, construindo grandes hortas nos limites urbanos das grandes cidades, de forma a gerar trabalho e renda aos municípios. Para ele, porém, a falta de interesse da população, especialmente dos mais jovens, ainda é um obstáculo, pois faltam pessoas interessadas em manter a continuidade dos projetos após a euforia inicial.

A importância de um projeto como o da horta comunitária, para ele, vai além da ocupação das áreas vazias, pois é uma fonte de renda para a comunidade envolvida e tira as pessoas do ócio, especialmente a população de mais idade, que acaba se dedicando mais ao projeto. Sua fala, no entanto, denuncia uma falha conceitual ao separar o projeto da horta do conceito de saúde. "*Nós temos uma outra horta (…) que não tem nada a ver com a saúde*", cita ao se referir a outra horta implantada na cidade que, ao contrário da primeira, não é gerenciada pelo Departamento de Saúde do município. A definição de saúde como um conceito mais amplo que a mera ausência de doenças ainda não é amplamente estabelecida (BRASIL, 1990). A Carta de Ottawa estabelece recursos como habitação, educação, alimentação e justiça social como pré-requisitos fundamentais para a saúde. Nesse sentido, projetos de promoção da saúde vão além da construção de hospitais e acesso a medicamentos, mas estão relacionados ao "processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde,

incluindo uma maior participação no controle deste processo" (CARTA DE OTTAWA, 1986).

No Brasil, esses novos conceitos são estabelecidos na Política Nacional de Promoção da Saúde (2006), revisada em 2014 pelo Ministério de Saúde (BRASIL, 2014), que entre suas principais diretrizes inclui:

> *o fomento ao planejamento de ações territorializadas de promoção da saúde, com base no reconhecimento de contextos locais e respeito às diversidades, para favorecer a construção de espaços de produção social, ambientes saudáveis e a busca da equidade, da garantia dos direitos humanos e da justiça social* (BRASIL, 2014, p.15).

Segundo o gestor municipal, para viabilizar a concretização desse ideal na prática da gestão municipal, é essencial, além do envolvimento da comunidade em todos os processos, a integração de diversos setores da administração. Em Conchal, a implantação da horta comunitária está incluída em um projeto maior que abrange as áreas de educação, economia e meio ambiente. Além de auxiliar na complementação da renda das diversas famílias envolvidas, existe a intenção de utilizar parte da produção da horta na merenda das escolas localizadas no bairro, garantindo uma alimentação mais saudável e de qualidade às crianças. Além disso, um dos próximos passos da atual gestão é a reforma do Parque Ecológico, vizinho à horta, com plantio de mudas identificadas de diversas espécies, construção de um mini zoológico e de uma sala de educação ambiental, já visando à realização de visitas ao parque e à horta pelos alunos das escolas do município.

A família do Prefeito, segundo ele próprio, não é consumidora dos produtos da horta comunitária, justificado pelo fato de não se cozinhar muito em sua casa devido à família pequena. No entanto, nota-se uma intenção clara de ampliar a área de influência da horta, especialmente através da educação infantil, uma das prioridades na sua gestão. *"Temos que investir nas crianças, na educação ambiental na escola",* declara o prefeito, que vai além*, "[podemos] servir a merenda para as crianças com o material da horta*".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em abril de 2015 a Organização das Nações Unidas (ONU) disponibilizou o Guia Internacional de Planejamento Urbano e Territorial onde,

através de exemplos globais de experiências inventivas e ambiciosas na área do planejamento urbano, das escalas locais a supranacional, traça algumas orientações e estratégias para que sirvam de "inspiração a legisladores, planejadores e comunidades a promover um desenvolvimento urbano e territorial sustentável em processos de planejamentos futuros". (UN-Habitat, 2015). A elaboração desse guia busca estabelecer princípios universais que possam ser adaptados em diferentes contextos e escalas, focados na construção de cidades mais compactas, socialmente inclusivas e melhor conectadas.

Um dos pilares em torno do qual foram organizados os princípios definidos no guia trata de Política Urbana e Governança. Dentro dessa temática, o guia define o planejamento urbano e territorial como mais que uma ferramenta técnica. Ele o define como "um processo integrado e participativo de tomada de decisões que trata de interesses concorrentes e se liga a uma visão compartilhada, uma estratégia de desenvolvimento integral e a políticas urbanas a nível nacional, regional e local." (UN-Habitat, 2015).

A partir da conversa realizada com o prefeito de Conchal é possível reconhecer na administração do município uma visão de planejamento que se aproxima em certa medida daquela traçada pela ONU, o que demonstra um ideal de processo participativo, tanto do poder público quanto da comunidade, como vetor diretivo das ações públicas relacionadas ao planejamento urbano saudável implementadas nesta cidade pela gestão municipal.

A restrição da aprovação de novos loteamentos somente quando localizados contíguos ao tecido urbano existente, citada pelo gestor, demonstra uma intenção de manter a compacidade e evitar o surgimento de vazios urbanos. Da mesma forma, as ações relacionadas ao planejamento urbano saudável no município e a própria reverberação da horta comunitária demonstram esse ideal de processo participativo na prática, bem como a importância do envolvimento do gestor administrativo no desenvolvimento destes projetos.

Por outro lado, não resta dúvida da necessidade de se buscar um modelo de gestão pública mais transparente, mais eficiente e mais ágil, que confronte a velocidade com que ocorrem todas as transformações sociais, econômicas, culturais do mundo contemporâneo em que vivemos.

As políticas públicas devem estar em constante renovação e readequação, pelo simples motivo de que não só as pessoas, mas também os meios se transformam. Embora Conchal tenha uma política de município saudável, deve-se pensar: o planejamento urbano pode ser considerado um indicador de um município saudável? De que forma se dá essa relação?

O diferencial fica sendo um processo de identificar e ultrapassar aquilo que o planejamento urbano coloca. Esse ponto se refere ao sentimento de pertencimento das pessoas envolvidas num projeto, bem como a estruturação de novas propostas em busca de parcerias, por meio de instituições interessadas e da Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis (RMPS), além de acreditar sempre na possibilidade de colaborar para a construção coletiva do planejamento urbano e de uma melhor qualidade de vida.

A partir do estudo e do reconhecimento técnico de princípios e valores, tanto nos documentos oficiais do planejamento urbano quanto nos de promoção da saúde, percebe-se uma conexão intrínseca e multidimensional, apontando a necessidade de ampliar as pesquisas em relação às interações do planejamento urbano na perspectiva da cidade saudável (SPERANDIO, 2015).

No Brasil, faz-se uso de instrumentos norteadores de planejamento urbano saudável, como forma de trabalhar a intersetorialidade, articulando conhecimentos, potencialidades e experiências de integrantes da comunidade para o bem comum. Os instrumentos da nova Política Nacional de Promoção da Saúde (BRASIL, 2014), se articulam com o intuito de promover a participação e o controle social a fim de implementar ações comunitárias em prol do bem-estar coletivo. A prática da administração municipal na implantação de políticas saudáveis, observada através de aspectos do planejamento urbano em Conchal, ressalta a importância do Plano Diretor municipal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTEN, F., AKERMAN, M., BECKER, D., *et.al*. **Rights, Knowledge, and Governance for Improved Health Equity in Urban Settings**. Journal of Urban Health: Bulletin of the New York Academy of Medicine, Vol. 88, No. 5, p.896 - 905, 2011. doi:10.1007/s11524-011-9608-z

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. **Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos.** 4ª ed. Brasília: Instituto Polis. Senado Federal, 2005.

BRASIL. **Lei nº 10257, de 10 de Julho de 2001. Estatuto da Cidade**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Seção 1. 20/09/1990. p. 18055. Disponível em: <http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=20/09/1990> Acesso em: 02 set 15.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. **As Cartas da Promoção da Saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Projeto Promoção da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde.** Brasília, DF, 2006b. 60p. (série B. Textos Básicos de Saúde) (Série Pactos pela Saúde, 2006. v.7).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde Revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006.** Brasília, DF, p.15, 2014.

BRASIL. PORTARIA Nº 2.446, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014. ***Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNaPS).*** **Ministério da Saúde, 2014.** Disponível em: **http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2446_11_11_2014.html>. Acesso em: 22 fev 16.**

FRANCISCO FILHO, L.L. in: Organização Pan-Americana da Saúde. **Políticas Integradas em Rede e Construção de Espaços Saudáveis: Boas práticas para a iniciativa dos Rostos, Vozes e Lugares**. 1ªed. Brasília: OPAS, 2010.

GIL, C.M. **Como elaborar projeto de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2010.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de Pesquisa**. 6ª ed. São Paulo: Ed. Altas, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Preâmbulo à Constituição da Organização Mundial de Saúde adotada pela Conferência Internacional de Saúde**. Nova York, 1946 (assinada em 22 de julho de 1946 por representantes de 61 Estados e entrando em vigor em 7 de abril de 1948).

SPERANDIO, A.M.G. **REVISTA INTELLECTUS**. Revista Acadêmica Digital, Ano VIII, nº 22. Edição especial: Promoção da Saúde e Estratégias para o Desenvolvimento Urbano Saudável, 2012. Disponível

em:http://www.eusounota1.dominiotemporario.com/zasnova/nova/EdicaoAnteri.aspx?id=40.
SPERANDIO, A. M. G. et al. Ocupação de vazio urbano como promotor do planejamento para cidade saudável. **PARC Pesquisa em Arquitetura e Construçã**o, Campinas, SP, v. 6, n. 3, p. 205-215, set. 2015. ISSN 1980-6809. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/parc/article/view/8635018>. Acesso em: 09 mar. 2016.

SPERANDIO. A.M.G. in: Organização Pan-Americana da Saúde, **Políticas Integradas em Rede e Construção de Espaços Saudáveis: Boas práticas para a iniciativa dos Rostos, Vozes e Lugares**. 1ª ed. Brasília: OPAS, 2010.

UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME. **International Guidelines on Urban and Territorial Planning: Towards a Compendium of Inspiring Practices.** Organização das Nações Unidas, 2015.

Websites e Recursos Online

CARTA DE OTTAWA. **Conferência Internacional sobre a Promoção de Saúde. Ottawa**, 1986. Disponível em: www.opas.org.br/coletiva/uploadArq/ottawa.pdf. Acesso em 15 nov 2015.

RMPS (Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis). Disponível em: www.redemunicipiosps.org.br. Acesso em 12 nov 2015.

ANEXO 1

Roteiro de perguntas para o prefeito de Conchal-SP, aplicado em 21 de outubro de 2015:

1. Como o (a) Sr.(a) entende a necessidade de Planejamento Urbano em Conchal e a importância de ter-se um Plano Diretor. Como está o processo de atualização do de Conchal;

2. A cidade de Conchal não é espalhada é até bem compacta, como o (a) Sr.(a) vê a possibilidade de se ocupar os vazios públicos urbanos da cidade, em especial os existentes ao longo do córregos que atravessam a cidade e com o que o (a) Sr.(a) julga mais apropriado; ex: reflorestamento, parques temáticos, praças, etc...

3. Qual avaliação o (a) Sr.(a) faz para o uso do vazio urbano cedido com a implantação da Horta Comunitária do Planalto?

   a. Se foi positiva, teve mais alguma projeto a ser implantada e o que a administração pode ajudar na expansão destas hortas na cidade?
   b. Caso tenha sido negativa o que aconteceu que deu errado?

4. A Prefeitura, através de seus funcionários que atuam nesta horta, tem feito algum tipo de avaliação sobre a produção das hortaliças, suas qualidades em especial sem uso de agrotóxicos?

5. O projeto a horta tem sustentabilidade de 4 anos o que e como o (a) Sr.(a) pensa de envolver os setores da agricultura, educação e economia neste projeto?

6. O senhor consome de produtos desta Horta?

Sobre os autores:
Adriana Aparecida Carneiro Rosa é Arquiteta e Urbanista formada pela Universidade de Alfenas, MG em 1997. Mestre em Engenharia Civil pela FEC-UNICAMP, em 2003. Integrante do Grupo de Estudos de Planejamento Urbano de Cidades Saudáveis (GEPUCS) e Professora do Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa (IPEP).
e-mail: dricarneiro@hotmail.com

Ana Maria Girotti Sperandio é Professora, Doutora e responsável pela disciplina de Tópicos Planejamento Urbano como Promotor da Cidade Saudável da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo – FEC-UNICAMP e pesquisadora do Laboratório de Investigações Urbanas (LABINUR). Assessora Acadêmica e Coordenadora Geral do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares (NEPI) das Faculdades Jaguariúna (FAJ) e Max Planck.
e-mail: amgspera@uol.com.br

Edison Fávero é Arquiteto e Urbanista com graduação (1976), mestrado (1996) e doutorado (2004) pela USP. É Professor da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da UNICAMP e pesquisador do Laboratório de Investigações Urbanas (LABINUR).
e-mail: favero@fec.unicamp.br

Jussara Conceição Guarnieri é Educadora Física formada pela UNESP, em 1997 e Fisioterapeuta formada pelo Centro Universitário Hermínio Ometto, Araras em 2005. Mestre em Arquitetura, Tecnologia e Cidade pela FEC-UNICAMP, em 2013. Integrante do Grupo de Estudos de Planejamento Urbano de Cidades Saudáveis (GEPUCS) e servidora pública no Departamento de Saúde da Prefeitura Municipal de Conchal.
e-mail: jussaraguarnieri@hotmail.com

Lauro Luiz Francisco Filho é Professor, Doutor e responsável pelo Laboratório de Investigações Urbanas (LABINUR) da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo – FEC-UNICAMP.
e-mail: laurolffilho@gmail.com

Renan Cavalcanti Toricelli é Arquiteto e Urbanista formado pela UNICAMP em 2008. É servidor público na Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Campinas e atualmente desenvolve pesquisa de mestrado no programa de pós-graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade da FEC-UNICAMP.
e-mail: rtoricelli@yahoo.com.br

Agradecimentos

À Prefeitura Municipal de Conchal pelo apoio, em especial ao prefeito local pela disponibilidade em receber a equipe.